

A CONSTRUÇÃO DOS PROJETOS INTEGRADORES NOS CURSOS DE ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA - CAMPUS SÃO JOSÉ

THE CONSTRUCTION OF INTEGRATIVE PROJECTS IN HIGH SCHOOL COURSES INTEGRATED TO PROFESSIONAL EDUCATION AT THE FEDERAL INSTITUTE OF SANTA CATARINA - CAMPUS SÃO JOSÉ

Ana Carolina Caridá

Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, Brasil

carolcarida@gmail.com | orcid.org/0009-0000-5845-314X

Maria Teresa Collares

Instituto Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, Brasil

maria.collares@ifsc.edu.br | orcid.org/0000-0002-6309-7407

Resumo

O artigo é fruto da experiência com os Projetos Integradores no Instituto Federal de Santa Catarina - Campus São José no contexto de dois cursos de Ensino Médio Integrado, Técnico em Telecomunicações e Técnico em Refrigeração e Climatização. Apresenta uma síntese dos trabalhos desenvolvidos entre servidores e estudantes desde 2017 até o momento presente. Estabelece relações entre as políticas educacionais vigentes relativas à Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017), Base Nacional Comum Curricular (2018) e seus desdobramentos; e, as políticas institucionais elaboradas a partir de 2021 no intuito de fortalecer os fundamentos do currículo integrado e a modalidade no IFSC. Apresenta estratégias de resistências frente aos processos de fragmentação curricular que visam redimensionar o currículo com base nos interesses do capital flexível e apresenta o Ensino Médio Integrado com uma concepção político-pedagógica que vai na contramão das intencionalidades proferidas pelos reformadores empresariais da educação. A metodologia adotada parte da prática cotidiana em sala de aula e da análise de documentos e normativas curriculares vigentes.

Palavras-chave: Ensino Médio Integrado; Instituto Federal de Santa Catarina; Projetos Integradores.

THE CONSTRUCTION OF INTEGRATIVE PROJECTS IN HIGH SCHOOL COURSES INTEGRATED TO PROFESSIONAL EDUCATION AT THE FEDERAL INSTITUTE OF SANTA CATARINA - CAMPUS SÃO JOSÉ

A R T I G O

Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição - Não comercial - Compartilhar igual 4.0 Internacional.



Abstract

The article is the result of the experience with Integrative Projects at the Federal Institute of Santa Catarina - Campus São José in the context of two Integrated High School courses, Telecommunications Technician and Refrigeration and Air Conditioning Technician. It presents a synthesis of the work carried out between public agents, professors as well technicians, and students from 2017 to the present. Establishes relationships between current educational policies relating to the High School Reform (law 13,415/2017), National Common Curricular Base (2018) and its developments; and the institutional policies developed from 2021 onwards with the aim of strengthening the foundations of the integrated curriculum and the modality at IFSC. It presents resistance strategies in the face of curricular fragmentation processes that aim to remodel the curriculum based on the interests of flexible capital and presents Integrated High School with a political-pedagogical conception that goes against the intentions proffered by business education reformers. The methodology adopted is based on everyday practice in the classroom and the analysis of current curricular documents and regulations.

Keywords: Integrated High School; Federal Institute of Santa Catarina; Integrative Projects.

LA CONSTRUCCIÓN DE LOS PROYECTOS INTEGRADORES EN LOS CURSOS DE ENSEÑANZA SECUNDARIA INTEGRADA A LA EDUCACIÓN PROFESIONAL DEL INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA - CAMPUS SAN JOSÉ

Resumen

El artículo es resultado de la experiencia con Proyectos Integrativos en el Instituto Federal de Santa Catarina - Campus São José en el contexto de dos cursos de Enseñanza Media Integrada, Técnico en Telecomunicaciones y Técnico en Refrigeración y Aire Acondicionado. Presenta una síntesis del trabajo realizado entre empleados y estudiantes desde 2017 hasta la actualidad. Establece relaciones entre las políticas educativas vigentes relativas a la Reforma de la Escuela Secundaria (ley 13.415/2017), Base Curricular Común Nacional (2018) y sus desarrollos; y, las políticas institucionales desarrolladas a partir de 2021 con el objetivo de fortalecer las bases del currículo integrado y la modalidad en IFSC. Presenta estrategias de resistencia frente a procesos de fragmentación curricular que apuntan a redimensionar el currículo en función de los intereses del capital flexible y presenta la Escuela Secundaria Integrada con una concepción político-pedagógica que va en contra de las intenciones proferidas por los reformadores de la educación empresarial. La metodología adoptada se basa en la práctica cotidiana en el aula y el análisis de documentos y normativas curriculares vigentes.

Palabras clave: Escuela Secundaria Integrada; Instituto Federal de Santa Catarina; Proyectos Integrativos.

Introdução

O presente artigo tem por objetivo sistematizar e discutir a experiência dos Projetos Integradores ofertados nas fases iniciais de dois cursos de Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de Santa Catarina - Campus São José. São eles: Curso Técnico Integrado em Telecomunicações e Curso Técnico Integrado em Refrigeração e Climatização.

Importante salientar que trata-se de uma instituição centenária, criada ainda como Escola de Aprendizizes e Artífices, em 1909, e que já atravessou inúmeros projetos formativos ao longo de sua história. O campus São José é o segundo mais antigo da instituição e foi fundado em 1988, tratando-se de um espaço de ensino e aprendizagem consolidado na região da Grande Florianópolis, com um histórico de gestão democrática, tendo sido o primeiro campus a instituir um colegiado composto por representantes dos diversos segmentos da comunidade interna e externa. A partir da criação da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (Lei 11.892/2008), passou a ofertar cursos de Ensino Médio Integrado, sendo atualmente sua principal modalidade.

O Ensino Médio Integrado (EMI) foi regularizado pelo Decreto 5154/2004, e sua oferta deve ser prioritária nos Institutos Federais, como citado na lei de criação da rede, a qual menciona que 50% das matrículas devem ser ofertadas para este nível de ensino. Uma das estratégias didático-pedagógicas que devem estar presentes nesta concepção de currículo são os Projetos Integradores, que propõem a articulação curricular entre as áreas do conhecimento e compreendem a realidade com base na perspectiva da totalidade dos fenômenos sociais, culturais, políticos e econômicos. O currículo integrado não é apenas uma estratégia didática, ele está articulado a um projeto societário, a uma filosofia sociopolítica, e contribui para que os estudantes debatam assuntos e problemáticas atuais para além das disciplinas tradicionais (RAMOS, 2004, 2012).

Semestralmente, recebemos cerca de 70 jovens (com média de 14 a 16 anos), que iniciam uma jornada de quatro anos na instituição. A iniciativa dos servidores com os Projetos Integradores busca articular conhecimentos científicos, para além da interdisciplinaridade, promovendo uma integração entre os sujeitos (trabalhadores da educação e estudantes) ao longo do primeiro semestre dos cursos, enriquecendo a recepção dos estudantes à comunidade escolar e os aproximando de seus interesses de pesquisa.

O artigo também busca inter-relacionar a iniciativa prática de servidores e estudantes na contramão do que vem sendo delineado pela Reforma do Ensino Médio, preconizada pela Lei 13.415/2017 e pela Base Nacional Comum Curricular (2018), como uma forma de resistência aos ataques que a educação pública vem sofrendo desde a proclamação da Medida Provisória 746/2016 e seus desdobramentos. O artigo relata como se deu, na prática, a materialização dos pressupostos do currículo integrado no IFSC - São José e, em seguida, trata das políticas institucionais que sustentam suas concepções e fundamentos.

impõem ao conjunto do sistema capitalista ainda que se manifestem desigualmente.

O artigo se divide em três seções. Na primeira, chamamos a atenção para a existência de interpretações que atribuem a Marx a alcunha de um economista nacional, uma vez que o autor analisa em *O capital* uma economia fechada, sem interação com outras economias no mercado mundial.

1. Projetos Integradores na resistência contra à Reforma do Ensino Médio

O início dos Projetos Integradores no IFSC - São José coincidiu com os ataques que a educação pública vem sofrendo desde a Medida Provisória 746/2016, que institui de maneira autoritária a Reforma do Ensino Médio (outorgada pela Lei 13.415/2017), alterando posteriormente dispositivos legais relativos também à Educação Profissional, como a Resolução Nº1/2021, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional, definindo o que passa a ser considerado esta modalidade de ensino. Na contramão da reforma, os fundamentos e concepções epistemológicas que embasam o Ensino Médio Integrado estão relacionados ao trabalho como princípio educativo, à formação humana integral, à politecnia e à omnilateralidade (RAMOS, 2004).

Os reformadores empresariais da educação retomam a pedagogia das competências, preconizada nos Parâmetros Curriculares Nacionais dos anos 1990, e impõem uma reforma curricular que vai impactar diretamente

a Educação Profissional. Difundida pelos reformadores empresariais da educação, faz uso de uma metodologia de ensino e aprendizagem que pauta o processo educativo na defesa dos interesses específicos do capital, em detrimento dos interesses da classe trabalhadora.

O debate referente ao Ensino Médio Integrado busca contrapor essa visão, na medida em que se pauta na formação integral do ser humano, aproximando a relação entre teoria e prática com base nos conceitos de historicidade, totalidade e contradição (RAMOS, 2006). Marise Ramos (2012) discute a necessidade de superação dessa fragmentação e da separação entre as dimensões técnica e política, geral e específica, teórica e prática, a partir da indissociabilidade entre trabalho, ciência e cultura. Menciona que, para integrar, tornar íntegro, é necessário restabelecer as relações e reconstruí-las, tomando o trabalho como princípio educativo (SAVIANI, 2006), o foco do processo de ensino e aprendizagem.

A partir destes princípios, buscamos integrar a formação básica à qualificação profissional, tendo como foco a formação para o mundo do trabalho e para a vida, em uma perspectiva democrática, inclusiva e socialmente referenciada. Moura e Lima Filho (2017) compreendem que o Ensino Médio Integrado pode representar uma travessia para outra proposta educacional, que está para além de uma formação meramente pragmática, assumindo uma perspectiva emancipatória e não doutrinadora, levando à autonomia do pensamento e à consciência crítica.

Os desafios desses cursos são inúmeros, já que integrar não significa a mera justaposição dos currículos da formação básica e da formação profissional. Visa-se, assim, à não fragmentação da aprendizagem, buscando sentidos para o que está sendo aprendido, no qual formação geral e específica dialogam e caminham juntas – a educação básica dando elementos para a educação profissional e a educação profissional dando elementos para a educação básica. Desta maneira, os Projetos Integradores buscam ampliar o repertório científico e cultural, criando instrumentos

importantes para a resolução de problemas e para a construção de novas formas de ação e interpretação da realidade.

É esta ideia de integração que percorremos ao longo dos semestres, desde 2017, a cada novas turmas que ingressam nos cursos de Ensino Médio Integrado do IFSC - São José. Pautados nos pressupostos que fundamentam esta modalidade de ensino (RAMOS, 2004, 2016), pensando a materialização do currículo integrado como uma forma de resistência à fragmentação curricular imposta pela Reforma do Ensino Médio e inspirados no trabalho que já vinha sendo desenvolvido no IFSC - Campus Chapecó¹, iniciaram-se os projetos com os estudantes.

É interessante sinalizar que os trabalhos desenvolvidos acontecem em conjunto e de forma simultânea com as duas turmas ingressantes nos cursos de Ensino Médio Integrado: Técnico em Telecomunicações e Técnico em Refrigeração e Climatização. No primeiro, a integração está presente no Projeto Pedagógico de Curso (PPC), não como disciplina específica, mas como algo a ser percorrido ao longo do processo de ensino e aprendizagem, sem assegurar carga horária para tal. O documento não explicita o espaço da matriz curricular em que ele deve ser desenvolvido, menciona apenas eixos integradores de acordo com a fase do curso². Já no segundo, a integração não é citada no PPC, mas o conjunto dos servidores compreende a importância de trilhar os caminhos da formação humana integral e passou a disputar esse espaço até que ele fosse reconhecido institucionalmente³.

¹ As experiências desenvolvidas no IFSC - Campus Chapecó estão sistematizadas na obra “O currículo integrado no cotidiano da sala de aula” (SILVA et al, 2016). Disponível em: https://www.ifsc.edu.br/documents/30701/523474/o_curriculo_integrado.pdf/6151bc15-d409-b17b-1efd-3f21e89314e3. Acesso em 02/10/2023.

² As experiências desenvolvidas no IFSC - Campus Chapecó estão sistematizadas na obra “O currículo integrado no cotidiano da sala de aula” (SILVA et al, 2016). Disponível em: https://www.ifsc.edu.br/documents/30701/523474/o_curriculo_integrado.pdf/6151bc15-d409-b17b-1efd-3f21e89314e3. Acesso em 02/10/2023.

³ As experiências desenvolvidas no IFSC - Campus Chapecó estão sistematizadas na obra “O currículo integrado no cotidiano da sala de aula” (SILVA et al, 2016). Disponível em: https://www.ifsc.edu.br/documents/30701/523474/o_curriculo_integrado.pdf/6151bc15-d409-b17b-1efd-3f21e89314e3. Acesso em 02/10/2023.

Diante destas perspectivas, iniciamos a discussão para implementar os Projetos Integradores. O objetivo foi criar possibilidades de aprendizagem por meio da pesquisa, organização, tomada de decisões e engajamento, espaço em que os estudantes são incentivados a serem protagonistas. Buscamos oportunizar a expressão do potencial criativo, estimulando diversas possibilidades de aprendizado. Ferreti, Zibas e Tartuce (2004) utilizam o termo protagonismo para designar a participação de adolescentes no enfrentamento de situações reais na escola, na comunidade e na vida social mais ampla.

Esta perspectiva coloca o estudante no centro do processo pedagógico, percebendo-os como sujeitos de suas aprendizagens. O protagonismo a que nos referimos tem relação direta com as pedagogias críticas e não com os pressupostos da Base Nacional Comum Curricular (2018). O termo foi incorporado e apropriado pelos reformadores empresariais da educação.

Desse modo, buscamos ir contra a educação bancária, já tão criticada por Freire (1996), que coloca o estudante em uma posição pacífica e não crítica diante dos conteúdos “depositados” pelos professores. São os rumos trilhados pelos estudantes que nos dão indicativos para a realização de um currículo que realmente faça sentido, que os aproxime do conhecimento, da pesquisa e do mundo do trabalho, conforme as metodologias preconizadas pela pedagogia histórico-crítica (SAVIANI, 2006) e resguardadas pelo Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSC (PDI, 2020-2024).⁴

Ao longo dos anos, os Projetos Integradores foram balizados por diferentes temas, todos eles escolhidos pelos estudantes. Foram eles: Segunda Guerra Mundial e Guerra Fria, Sustentabilidade, Saúde Mental,

⁴ As experiências desenvolvidas no IFSC - Campus Chapecó estão sistematizadas na obra “O currículo integrado no cotidiano da sala de aula” (SILVA et al, 2016). Disponível em: https://www.ifsc.edu.br/documents/30701/523474/o_curriculo_integrado.pdf/6151bc15-d409-b17b-1efd-3f21e89314e3. Acesso em 02/10/2023.

Preconceito, Gênero, Tecnologia, Copa do Mundo, Audiovisual, dentre outros. Antes da definição dos temas geradores, trabalhamos com a conscientização dos estudantes acerca dos fundamentos do Ensino Médio Integrado, sua diferença em relação ao currículo regular e as diversas instâncias/formas de integração que os projetos buscam contemplar.

Todas as tomadas de decisão, assim como os debates que as precedem, são feitas de forma coletiva e democrática – da concepção, execução até a apresentação final. Temos buscado integrar conhecimentos garantindo a participação dos estudantes desde o momento inicial, na escolha do grande tema que será trabalhado, partindo dos interesses e demandas deles.



Figura 1: Momento de mediação dos debates entre servidores e estudantes em 2019.
Fonte: arquivo pessoal.

O planejamento inicia com o que chamamos de “chuva de ideias”, com base na experimentação de diversas metodologias e tecnologias, e segue com diferentes abordagens que vão desde filmes, palestras, saídas de campo, debates e outros, que vão sendo encaminhados e avaliados sempre de acordo com as respostas dos estudantes. Por exemplo, em algumas ocasiões, os próprios estudantes sugeriram saídas de campo; em outras, os

servidores avaliaram que seria necessária uma aproximação maior dos estudantes com o tema antes de dar prosseguimento ao projeto.

É interessante ressaltar que, por vezes, são feitos encaminhamentos ponderados pelos docentes que, nesses casos, são explicitados aos estudantes para que tenham entendimento do processo em sua totalidade e não sintam que houve uma quebra do pressuposto democrático das atividades. Ou seja, os estudantes estão sempre sendo orientados de forma que a democracia e a autonomia sigam as regras acordadas no coletivo.

A partir do assunto mais votado, é feito um novo debate entre servidores e estudantes, desta vez sobre subtemas a ele relacionados, tanto para que os estudantes expressem o que já sabem e entendem das propostas, quanto para estimular a curiosidade a respeito. Por exemplo, com base no tema Segunda Guerra Mundial e Guerra Fria, diferentes grupos escolheram aprofundar seus conhecimentos acerca de “Participação das mulheres na II Guerra Mundial”, “Tecnologia da aviação nos anos 1930/1940”, “Diferentes ideologias: capitalismo X socialismo”, dentre outros. Em relação à temática de Gênero, escolheram estudar “Feminicídio”, “Mulheres e Islamismo”, “Questões de gênero no esporte” e “Machismo na música brasileira”. Já, quando o tema escolhido foi Audiovisual, os participantes decidiram produzir seus próprios materiais audiovisuais informativos ou ficcionais, a partir de variados temas de pesquisa, tais como: “Gravidez na adolescência”, “Drogas”, “Aborto”, “Integração e amizade na escola”, “Higiene”, etc. O interessante desse processo é que passamos a conhecer melhor nossos estudantes e entender o universo em que estão inseridos e suas principais preocupações acerca do mundo que os rodeia.

Após cada uma das atividades, os estudantes têm a oportunidade de discutir a respeito nas aulas dos docentes orientadores dos grupos, que vão cedendo espaços e carga horária no interior de suas disciplinas. A intenção é incentivar o gosto pela investigação científica e pelo aprender como uma

descoberta prazerosa, ao invés de iniciar pelas regras formais que, embora necessárias ao trabalho acadêmico, podem ser uma maçante atenção à forma para jovens que sequer tenham desenvolvido o gosto pelo conteúdo.

Nas apresentações finais, há sempre o incentivo para que os estudantes apresentem o resultado de suas pesquisas de forma lúdica. Esta pode ser expressa na forma de vídeos, peças teatrais, entrevistas, músicas, paródias, maquetes, feiras, atividades interativas, games, etc. Nos vários semestres dessa experiência metodológica, percebemos que as práticas educativas ainda precisam avançar em termos de concepções de educação, trabalho e formação humana, visando a integração curricular e a materialidade da função social da escola como agente de transformação social.



Figura 2: Grupo de estudantes preparando-se para apresentar os resultados de sua pesquisa em forma de teatro em 2019. Fonte: arquivo pessoal.



Figura 3: Resultado de pesquisa apresentado na forma de audiovisual em 2023. Fonte: arquivo pessoal.

Diante de um trabalho coletivo já consolidado (2017/2023), fica evidente a intenção do rompimento com os modelos mais tradicionais que se dão por meio de práticas pedagógicas individuais. Os estudantes relatam ter desenvolvido autonomia didático-pedagógica, maior interesse pela pesquisa científica, pela cultura e pela expansão da criatividade. Os Projetos Integradores contribuem para que alunos de diferentes cursos socializem entre si, oportunizando o trabalho coletivo, aproximando os próprios docentes de temas muitas vezes distantes de sua área de conhecimento, fortalecendo o vínculo entre estudantes e escola e entre estudantes e trabalhadores da educação, contribuindo com a permanência desses jovens na instituição.

Alguns dos trabalhos produzidos ao longo dos Projetos Integradores foram utilizados em campanhas de divulgação da própria instituição, recepção aos novos alunos e em campanhas de conscientização para a comunidade acadêmica. Temos percebido, mais recentemente, a expectativa dos alunos ingressantes pelos Projetos Integradores, a partir de relatos que recebem dos colegas que vivenciaram a experiência anteriormente. Isso nos faz perceber os bons resultados e a importância da

materialização do currículo integrado, adicionando satisfação pessoal dos estudantes aos inúmeros benefícios constatados.

2. Políticas institucionais e fortalecimento do Ensino Médio Integrado no IFSC

Acima, tratamos das iniciativas de servidores e estudantes na direção do fortalecimento do Ensino Médio Integrado em um campus específico do IFSC. Apresentamos possibilidades de materialização do currículo integrado, estratégias e resistências da comunidade escolar que estão para além da fragmentação imposta pelos reformadores empresariais da educação. Tratamos rapidamente das normativas nacionais que explicitam a precarização que a educação pública vem sofrendo nos últimos anos. Mas como o IFSC vem se posicionando frente à temática?

Interessante levar em consideração o marco temporal de desenvolvimento deste trabalho. Ele começa no ano de publicação da lei 13.415/2017 e ainda está em andamento. No contexto geral do IFSC, a instituição já atravessou duas gestões legítimas e uma intervenção. A primeira, no contexto em que a reforma foi instituída, não se posicionou claramente frente às normativas vigentes do Ministério da Educação (MEC) e não publicou nenhum documento no sentido de contrapor ou se enquadrar nos ditames da Reforma, nem orientou reformulações de cursos.

No início da pandemia, em maio de 2020, a instituição passou por um processo de intervenção do MEC, que durou um ano e três meses, em que o reitor eleito pela comunidade escolar não foi empossado para o cargo, ferindo a democracia institucional⁵.

⁵ O reitor do IFSC, Maurício Gariba Júnior, foi eleito em segundo turno dia 5 de dezembro de 2019 para assumir o quadriênio 2020-2024. Porém, dia 4 de maio de 2020, foi empossado o candidato que ficou em segundo lugar. A posse do reitor escolhido pela comunidade acadêmica ocorreu apenas dia 18 de agosto de 2021. Mais informações no link: https://www.ifsc.edu.br/conteudo-aberto/-/asset_publisher/1UWKZAKiOauK/content/id/2532004/mec-confirma-posse-do-reitor-maur%C3%ADcio-gariba-j%C3%BAnior-para-esta-quarta-feira-18.

Em agosto de 2021, com a tomada da atual gestão, o debate acerca do fortalecimento do Ensino Médio Integrado ganha corpo. É criado um Departamento de Ensino Técnico Integrado e Educação de Jovens e Adultos, vinculado à Pró-Reitoria de Ensino, e as orientações curriculares começam a ser debatidas no sentido de minimizar os impactos da Reforma na instituição.

No apagar das luzes de 2021, foram publicadas as “Orientações Curriculares para a manutenção e fortalecimento dos cursos de educação profissional técnica integrada ao ensino médio do Instituto Federal de Santa Catarina”. Este documento parte da compreensão de que a lei 13.415/2017 e a Resolução Nº 1/2021 não se sobrepõem à lei de criação dos IFs (11.892/2008). Tem uma perspectiva político-pedagógica pautada na construção de uma educação socialmente referenciada nos princípios democráticos e científicos.

Marca a importância de preservar as áreas de conhecimento e os componentes curriculares nos Projetos Pedagógicos de Cursos, fortalecendo a concepção de currículo integrado, a formação humana integral, pautados na pedagogia histórico-crítica, buscando a equidade das cargas horárias entre as áreas, valorizando projetos interdisciplinares e integradores. Foram elaboradas pelas equipes da Pró-Reitoria de Ensino e Direção de Ensino com a intenção de dar um horizonte para os processos de elaboração e reestruturação dos Projetos Pedagógicos de Cursos em andamento e marcam a posição da gestão em relação à Reforma do Ensino Médio.

O documento não cita a lei 13.415/2017 nem a BNCC, e nem a Resolução nº 1 (2021) de maneira direta; cita apenas o documento crítico elaborado pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal (CONIF), “Análise da Resolução 01/2021/CNE e Diretrizes para o fortalecimento da EPT na rede federal de educação profissional e tecnológica” (FDE/CONIF/2021). Desta maneira, enfatizam a obrigatoriedade da oferta de 50% de cursos de Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio e destacam que a Resolução Nº 1/2021 não se sobrepõem à normativa de criação dos Institutos Federais de

Educação, Ciência e Tecnologia, os quais têm autonomia para a construção de seus currículos e propostas pedagógicas.

Apontam a necessidade de fortalecimento da política institucional, a partir da formação integral dos estudantes e da construção de Projetos Pedagógicos de Cursos, que levem em consideração a diversificação e a articulação entre os saberes de forma contextualizada aos eixos trabalho, ciência, tecnologia e cultura, mantendo a construção das matrizes curriculares de maneira integrada e interdisciplinar. Estão pautadas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/IFSC, 2020/2024), calcado na pedagogia histórico-crítica, no trabalho como princípio educativo e na pesquisa como princípio pedagógico. Apontam subsídios teóricos e práticos para a materialização do currículo integrado em suas mais variadas dimensões.

Após a publicação das orientações para a manutenção e fortalecimento dos cursos de Ensino Médio Integrado do IFSC, foi formado um Grupo de Trabalho para elaborar as Diretrizes Curriculares Institucionais. Este é composto por docentes da formação básica e profissional, coordenadorias pedagógicas e coordenadores de cursos. Atualmente, existe uma minuta que está em processo de consulta da comunidade escolar, para que o documento possa ser debatido amplamente, resguardados os ritos democráticos. Assim que as Diretrizes Curriculares forem finalizadas, serão apreciadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE/IFSC) e pelo Conselho Superior (CONSUP/IFSC) para então entrarem em vigor.

No que se refere aos cursos Técnicos Integrados do IFSC - São José, atualmente, ambos os cursos estão passando por processo de reformulação curricular e, pautados nas discussões e na experiência dos Projetos Integradores, há uma tendência para que a carga horária seja resguardada em futuro próximo, indo na contramão do que propõe a Reforma do Ensino Médio.

Considerações finais

Não pretendemos com este debate afirmar que a Reforma do Ensino Médio não impacta o IFSC, o IFSC - São José e os cursos de Ensino Médio Integrado da instituição e deste campus específico. Sabemos que, dentro da rede federal, é histórica a contraposição entre a pedagogia das competências e as pedagogias críticas. Dentro dessa contraposição, os Projetos Integradores marcam o espaço de um fazer pedagógico que une os conteúdos chamados propedêuticos à formação profissional, contribuindo com o desenvolvimento da cidadania para o mundo do trabalho, uma das missões da instituição, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI - IFSC, 2020/2024).

Pesquisas recentes apontam como a Reforma vem adentrando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e transformando seus projetos político-pedagógicos (Araújo, 2022; Paixão, 2023). O que propomos com esta reflexão é demarcar que existem, por outro lado, forças e movimentos que se posicionam e agem, no chão da escola, de acordo com a autonomia institucional, preconizada pela lei de criação dos Institutos Federais (Lei 11.892/2008), frente aos ataques que a rede vem sofrendo nos últimos anos.

Referências

ARAÚJO, Adilson César de. **Ensino Médio Integrado ou Ensino Médio em “Migalhas”: a reforma no contexto dos Institutos Federais de Educação**. Relatório de atividades de estágio pós-doutoral. UFPR: 2022. Disponível em: <https://www.prppg.ufpr.br/site/ppge/wp-content/uploads/sites/45/2023/06/adilson-cesar-araujo-relatorio-pos-dc-finalizado-1.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as **diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, 2004. 3p. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm. Acesso em: 20 set. 2022.

BRASIL. **Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e tecnologia**. Brasília, 2008. 10p. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-

[2010/2008/lei/l11892.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2010/2008/lei/l11892.htm). Acesso em: 20 set. 2022.

BRASIL. **Lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nºs 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494/2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Brasília, 2017. 6p. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 20 set. 2022.

BRASIL. **Resolução Nº 1, de 05 de janeiro de 2021**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, 2021. 19p. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECP_N12021.pdf?query=vida%20escolar. Acesso em: 20 set. 2022.

CONIF/FDE - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica/Fórum dos Dirigentes de Ensino. **Análise da Resolução 01/2021/CNE e Diretrizes para o fortalecimento da EPT na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, 2021. 17p.

FERRETI, CELSO J., ZIBAS, Dagmar M. L., TARTUCE, Gisela Lobo B. P. Protagonismo juvenil na literatura especializada e na reforma do Ensino Médio. **Cadernos de Pesquisa**. Campinas – SP, vol 34, n. 122, p. 411-423, maio/ago 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite.. A reforma do ensino médio: Regressão de direitos sociais. **Revista Retratos da Escola**, Campinas, v. 11, n. 20, p. 109-129, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/760/pdf>. Acesso em 02 out. 2023.

PAIXÃO, Alessandro Eziquiel da. **A lei nº 13.415/2017 e a educação profissional: uma análise dos caminhos da reforma nos Institutos Federais**. Programa de Pós-Graduação em Educação. Tese de doutorado. UFPR: 2023. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/83220/R%20-%20T%20-%20ALESSANDRO%20EZIQUIEL%20DA%20PAIXAO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25/08/2023.

RAMOS, Marise. O projeto unitário de ensino médio sob os princípios do trabalho, da ciência e da cultura. In: **Ensino Médio: ciência, cultura e trabalho** (orgs. Gaudêncio Frigotto e Maria Ciavatta). Brasília: MEC, SEMTEC, 2004.

RAMOS, Marise Nogueira. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. Org.: FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M., RAMOS, M. São Paulo: Cortez, 2012. p. 107-128.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica**. Campinas/SP: Autores Associados, 2006.